

Editorial

No dia 22 de abril de 2020, em uma reunião interministerial, o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fez uma série de declarações estarrecedoras para os ambientalistas brasileiros. Sua sugestão para *abrir a porteira e passar a boiada* significaria aproveitar a atenção demandada pela pandemia para flexibilizar medidas infralegais (aquelas que não precisam de projeto de lei e, conseqüentemente, passar pelo Congresso) para simplificar normas de desmatamento, poluição, licenciamento ambiental etc.

O campo ambiental vem sofrendo numerosos ataques nos últimos anos, porém, a maneira *debochada* com quem vem sendo tratada pelos governantes em reuniões oficiais realmente dilacerou o trabalho de quem há muito tempo luta em defesa de *sociedades sustentáveis e equitativas*. O episódio percorreu noticiários nacionais e internacionais, foi transformado em memes e motivou estudos publicados em revistas renomadas que denunciam o desmantelamento das políticas de conservação no Brasil.

Dentro deste cenário, a educação ambiental passa por retrocessos desde a ascensão do novo Governo Federal. Entre os *(des)avanços* da educação ambiental está a desestruturação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC), em 2019. A Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e o Grupo de Trabalho 22 - Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) se manifestaram em repúdio frente à extinção do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Tais manifestos expõem a necessidade da urgente retomada por espaços democráticos e de diálogos com a sociedade que garantam o campo de pesquisa e de prática em educação ambiental como uma política pública do Estado brasileiro.

A educação ambiental está se posicionando como resistência em face ao silenciamento nas políticas públicas no Brasil. É a partir desta convicção que comemoramos o lançamento de mais um número da revista *Pesquisa Educação Ambiental*, o qual se configura como um desses caminhos de resistência.

O volume 15, número 1, deste periódico, apresenta dois artigos que evocam reflexões sobre aspectos históricos e legais envolvendo o campo da educação ambiental, três artigos tratam de iniciativas educacionais em diferentes contextos, quatro artigos com dados de investigações relacionadas a percepção ambiental e/ou análise do perfil e, por fim, um estudo do tipo estado da arte.

O primeiro artigo, intitulado *Breve Histórico da Educação Ambiental, sua Adoção no Ordenamento Jurídico Brasileiro e Possíveis Reflexos das Atuais Mudanças Políticas*, resgata o histórico ambiental, apresentando uma retrospectiva de marcos, eventos e documentos significativos para o campo. As/os autoras/es *Karina Cherubini, Rubens Sampaio e Paulo Sávio* discutem sobre o conceito do Antropoceno e fazem uma reflexão sobre o cenário político atual desvelando a falta de coerência entre o discurso internacional e o rebaixamento da educação ambiental no Brasil, fato que repercute no financiamento e, conseqüente, execução de programas e projetos (CHERUBI; SAMPAIO; SÁVIO, 2021).

Na mesma proposta de recapitulação da história, *Daiane Cristina Rocha e Mafalda Nesi Francischett* trazem um estudo *dos Aspectos Históricos e Sociais do Trabalho do(a) Catador(a) de Materiais Recicláveis*. As autoras expõem, por meio de uma pesquisa documental, o contexto histórico e socioeconômico que envolve a formação e (in)visibilidade do(a) catador(a) de materiais recicláveis. A investigação identifica o reconhecimento tardio e a necessidade de investimentos para condições de existência, participação social e inclusão desses grupos (ROCHA; FRANCISCHETT, 2021).

Na seqüência, há um conjunto de três pesquisas empíricas com resultados e análises que podem subsidiar processos educativos, a partir de cursos de formação nas universidades, ONGs e espaços urbanos.

O artigo, *A transição para sociedades sustentáveis: uma abordagem a partir de processos educadores*, discorre sobre uma experiência do Laboratório de Educação Ambiental e Políticas Públicas – Oca (ESALQ/USP). De autoria de *Rachel Andriollo Trovarelli, Vivian Battaini e Marcos Sorrentino*, a investigação sistematizou dados de um curso de especialização. A partir da reflexão sobre o processo participativo e das relações e identidades da equipe pedagógica do curso, emergiram questionamentos relacionados a universidade pública e custos dos cursos, concepção de educação e construção participativa (TROVARELLI; BATTAINI; SORRENTINO, 2021).

O quarto artigo, *As ações educativas ambientais das Organizações Não-Governamentais ambientalistas no estado de São Paulo, Brasil*, é de autoria de *André Santachiara Fossaluzza, Marília Freitas de Campos Tozoni Reis, Maria Cecília Evangelista e Carlos Roberto Padovani*. A investigação objetivou realizar um mapeamento de ONGs ambientalistas que atuam com educação ambiental. Após consulta a quatro base de dados para obtenção do elenco de instituições, as/os pesquisadoras/es realizaram entrevistas semiestruturadas com o intuito de caracterizar a abordagem político-pedagógica predominante. Os resultados indicaram que as iniciativas das ONGS têm ampla abrangência no território paulista e apresentam uma tendência conservacionista com poucas referências ao campo teórico crítico da educação ambiental (FOSSALUZA et al., 2021).

O texto *A Educação Ambiental Revelada no (Re)Trato dos Espaços Urbanos Vazios: Desafios das Vigilâncias Ambiental e Epidemiológica* de *Flávia Nunes Ferreira de Araujo e Maria de Fátima Nóbrega Barbosa* retrata uma pesquisa de campo em Campina Grande (Paraíba), o qual, por meio de entrevistas e observação direta (*in loco*), investigou a educação ambiental nos espaços urbanos vazios. Os resultados apontaram a incidência de resíduos sólidos, doenças provocadas por insetos e roedores, precário saneamento básico e baixa escolaridade dos moradores nas regiões envolvidas. Em diálogo com documentos e autoras/es da educação ambiental, a investigação sugere a necessidade de uma educação ambiental mais efetiva como contribuição para transformação dessa realidade socioambiental (ARAUJO; BARBOSA, 2021).

O terceiro conjunto de artigos tece resultados de pesquisas que estudam o perfil ou a percepção ambiental de um determinado grupo de pessoas em diversos contextos e atividades sociais.

O sexto artigo tem o título *Perfil da educação ambiental na rede municipal de Curitiba, PR (2016-2017)* e é de autoria de *Tatiane Lima Ho, Daniela Biondi e Mayssa Mascarenhas Grise*. O estudo analisou as atividades de educação ambiental desenvolvidas nas escolas municipais de Curitiba (Paraná) por meio de entrevistas *in loco* nas instituições que aceitaram o convite para participar da pesquisa. Os dados levantados foram discutidos a luz da literatura e da pesquisa *O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental*. O estudo apontou que as atividades educativas nas escolas de ensino integral foram significativamente mais efetivas do que nas escolas que desenvolvem apenas o ensino regular, uma vez que a educação ambiental pode ser trabalhada no contraturno. Ademais, as autoras evidenciaram a relevância da publicação das *Diretrizes Curriculares Municipais de Educação Ambiental* já que 80% das respostas indicaram a adequação ao documento como o principal motivo para desenvolvimento da educação ambiental (HO; BIONDI; GRISE, 2021).

O sétimo artigo traz a *Análise do perfil de visitantes de parques zoológicos de Santa Catarina: o pensar do público de 2000 a 2019*. Este trabalho, de autoria de *Maria Amélia Pellizzetti, Tito César Marques de Almeida e Joaquim Olinto Branco*, objetivou compreender a percepção dos visitantes de quatro parques zoológicos de Santa Catarina, entre 2000 e 2019. O estudo aplicou diferentes técnicas de produção de dados (entrevistas, análise de pelo uso da ferramenta *Google Alerts* e observação não participante). Os dados indicaram apontamentos acerca do motivo da visita, razões da existência dos zoológicos para os grupos analisados, faixa etária e expectativas dos visitantes. As/os autoras/es argumentam que o setor de comunicação e marketing dos zoológicos devem ser integrados com os outros setores a fim de contribuir com

práticas cotidianas e políticas públicas que fomentem essas instituições como espaços educadores (PELLIZZETTI; ALMEIDA; BRANCO, 2021).

O artigo, *Percepção ambiental de educadores do campo e suas influências no processo educacional em uma escola do município de Humaitá-AM*, de autoria Albanice Souza dos Ramos, Eulina Maria Leite Nogueira, Larissa de Souza Saldanha e Renato Abreu Lima compõe o oitavo artigo dessa edição. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação direta, organizados segundo a técnica da análise textual discursiva e agrupados em três categorias (Meio Ambiente, Educação, Sustentabilidade). Os resultados indicaram que os educadores do campo têm uma visão naturalista e reconhecem a educação ambiental como uma possibilidade de transformação socioambiental (RAMOS et al., 2021).

O penúltimo artigo da edição, intitulado *O desenho infantil como ferramenta de diagnóstico, percepção ambiental e avaliação de ações de educação ambiental*, apresenta uma investigação em uma comunidade em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental. O trabalho, de autoria de Cibele Schwanke¹ e Caetano Flores de Moura propôs ações educativas que ocorreram durante 2017 com crianças de 6 a 8 anos, as quais produziram desenhos que expressavam o seu espaço e a natureza. A autora e o autor argumentaram pela potencialidade do processo educativo e ressaltaram a utilização dos desenhos infantis como possibilidade para estudos de percepção ambiental (SCHWANKE; MOURA, 2021).

Por fim, temos um estudo caracterizado como estado da arte, o qual apresenta um esforço dos autores em colocar em diálogo a pesquisa em educação ambiental e o ensino em ciências no Brasil.

O décimo e último artigo, *Um estudo sobre compreensões acerca de complexidade em teses e dissertações brasileiras de educação ambiental que se relacionam com a educação em ciências*, utilizou o banco de teses e dissertações do EArte (Estado da Arte em Educação Ambiental) como base para acesso de documentos do campo da educação ambiental que, também, dialogam com o campo da educação em ciências. Com o intuito discutir a articulação entre as duas áreas a partir da noção de complexidades, Brenda Braga Pereira, Luciano Fernandes Silva e Janaína Roberta dos Santos, construíram quatro categorias de análise: a-) Pensamento Complexo, b-) Sistemas Complexos, c-) Complexificação e d-) Complexidades e Práticas Pedagógicas. Os resultados apontam que a ideia de complexidades, apresentada nos trabalhos, é sustentada a partir de Enrique Leff, Edgar Morin e Ilya Prigogine com predominância das perspectivas de Morin (PEREIRA; SILVA; SANTOS, 2021).

Finalizamos o editorial convidando os leitores para este espaço de diálogo e resistência no campo de pesquisa em educação ambiental. Certas de que os estudos são convidativos e de que este número pode contribuir com a permanência e o avanço do nosso campo, desejamos a todas e todos, uma ótima leitura.

Valéria Ghislotti Iared
Sonia Buck
Pelos editores

¹ *In memoriam* – a autora faleceu no dia 27/12/2020, durante o processo de avaliação deste manuscrito.